

Breve resenha histórica da Covilhã

A cidade da Covilhã e toda a zona circundante possuem inúmeros vestígios de ocupação humana desde o Paleolítico. Tanto as zonas de montanha, como as do vale do Zêzere têm gravuras rupestres do Neolítico e até do Paleolítico, num ou noutro local. Muitos vestígios e sítios arqueológicos estão ainda por classificar. Os primeiros habitantes fixaram-se, aproveitando a fertilidade da Cova da Beira e já os Lusitanos, montanheseiros pastores de cabras, deixaram vestígios, por exemplo, no castro de Orjais a 10 quilómetros na direcção nordeste da Covilhã. No castro do Cabeço da Argemela, na margem esquerda do Zêzere, doze quilómetros a sudoeste da cidade, é provável que na Idade do Bronze os seus habitantes, fizessem da exploração do estanho o modo de vida principal, comerciando-o para paragens longínquas do Mediterrâneo Oriental. Conjecturas com fortes probabilidades de realidade.

Na época romana assistiríamos ao abandono forçado dos castros pela população indígena que os romanos ou escravizam na agricultura da fértil Cova da Beira ou se romaniza pacificamente e se entrega às “delícias” da civilização romana. Os vestígios são inúmeros e vão aparecendo cada vez mais. Salienta-se *Centum Cellae*. Com fortes probabilidades, a Covilhã foi um castro romanizado que adquiriu o direito de município romano. Os vestígios líticos e cerâmicos atestam-no¹. Terá a Covilhã a sua fundação ligada a Júlio César, no ano 41 a.C.? O que não nos oferece dúvidas é que foram os romanos e as populações autóctones, os construtores de estradas na região do actual concelho da Covilhã, pontes romanas sobre o Zêzere e *villae* agrícolas, aproveitaram os metais preciosos presentes nos aluviões auríferos desse rio e ribeiras afluentes (o maior tesouro em moeda romana de ouro de Portugal foi encontrado em Orjais nos anos quarenta e está no Museu Nacional de Arqueologia).

Na decadência de Roma, entre 457 e 585, travava-se na Península uma luta entre Godos e Suevos, acabando estes vencidos. Neste período de barbárie, perde-se no tempo o nome de *Sília Hermínia*, aparecendo o de *Covelana*, de *Cava Juliana*, provavelmente em virtude da doação de Witiza ao conde Julião. Lenda e convicção popular misturam-se.

Sabemos que a povoação foi destruída por ocasião da invasão dos Mouros (712 –714 ?). Como foi a vida nestas paragens nestes dois ou três séculos subsequentes? Nada sabemos com segurança. Afonso III, rei das Astúrias, reconquistou-a para a perder novamente no fim do seu reinado. É provável que voltasse à posse cristã durante o reinado de Fernando Magno, juntamente com as localidades da Beira que conquistou ainda antes de Coimbra, em 1064.

Em 1186, D. Sancho I outorga foral à Covilhã. Desta data em diante a Covilhã é concelho. O termo da Covilhã abrange território anteriormente Templário (S. Vicente da Beira e Sarzedas) e chega às Portas de Ródão.

Apesar das guerras, invasões e razias mouras e fossados cristãos, a população ia-se mantendo, mais ou menos estabilizada na sua terra. O mesmo acontecia na Covilhã, onde parece que não se está a fixar população, mas a dar um estatuto a uma população já fixada à terra, herdando, fazendo as partilhas, dividindo as propriedades com marcos. A população era escassa e tinha de se juntar em aglomerados para se defender, quer dos inimigos, quer das intempéries, partilhar em comunidade os recursos, guardar os rebanhos, aproveitar as magras pastagens da montanha. O espaço do concelho era diversificado: desde a serra ao vale e à planura da Beira Baixa, até ao Tejo. É um espaço rico de diversidades que permitia a auto-subsistência: agro-pecuária, caça, pesca e,

¹ VASCONCELOS, J. Leite de, *Antiguidades do Concelho da Covilhã*, Coimbra, 1934

acima de tudo, os seus habitantes farão nesse espaço a tarefa do tempo histórico que vivem: a guerra.

Era, o local da Covilhã, na meia encosta, num pequeno planalto, o espaço ideal para a população começar a concentrar-se, fortificando-se numa construção inexpugnável. É natural a suposição de que a Covilhã seria um centro importante. Estes factos levaram a que as gentes da Covilhã criassem o seu próprio município, segundo Alexandre Herculano, para se poderem organizar e defender.

Apesar desta instabilidade, a vida económica ia-se desenvolvendo. Está patente no foral, esse palpitante e essa pujança crescente: a pastorícia, a agricultura, os mesteres, a actividade comercial. A pastorícia teria uma grande importância na vida da população serrana. Supõe-se que a transumância e o deambular sazonal dos rebanhos seriam uma realidade, tal como o trabalho da lã quer pela presença da matéria-prima, por diversas vezes referida (*costal de lã*), quer dos panos de lã. O comércio e o movimento de mercadores mouros e judeus, entrando e saindo da vila era outra realidade do quotidiano, igualmente confirmada no foral.

Em 1260, D. Afonso III, com a Carta de Feira viria novamente confirmar esta situação. Nesta ocasião o rei, querendo promover a actividade comercial e multiplicar os seus rendimentos, numa época de progresso económico e de estabilidade política, com a conquista do Algarve terminada, e relativa paz com Castela, concede aos habitantes da Covilhã esta Carta.

Como poderíamos caracterizar a vida das gentes desta terra na Idade Média? Aparentamos, no foral, de uma sociedade diversificada, onde está ausente o elemento da nobreza senhorial e o clérigo, onde há uma liberdade condicionada por uma natureza ainda, em grande parte, por desbravar, e por uma guerra. Uma região de fronteira, espaço propício à aventura e à construção do futuro. Por outro lado, a natureza particular do meio serrano e as circunstâncias da génese histórica condicionaram certamente as características futuras dos habitantes da Covilhã: uma natureza aguerrida, um sentido de inovação e aventura, misturada com caracteres democráticos e intransigência na defesa dos seus direitos. Transformaram um espaço de montanhas e vales numa terra de homens e mulheres, viveram e lutaram nestes dois séculos de afirmação de um país. Aventuraram-se a sair da vila para o seu *alfoz*, quer em tempo de guerra, quer em tempo de paz. Povoaram vales férteis e encostas inóspitas, banquetearam-se nas festas e passaram fome em épocas más. Organizaram uma vida social que se desenrolou à volta da Igreja de Santa Maria, dentro das muralhas, da capela de S. Martinho, à entrada da vila, fora de portas, fervilhante nos mercados, na condução dos rebanhos serra acima, na tosquia das ovelhas, na venda da lã, nas reuniões da assembleia, nos combates judiciais.

Quase no fim da Idade Média, com os Descobrimentos no horizonte e na mente do Infante D. Henrique, este é o senhor da Covilhã e, mais uma vez, esta vila desempenha um papel que ultrapassará o simples carácter regional. O Infante compreendeu o carácter laboral e burguês desta terra e os panos, fonte de rendimento do senhorio, financiariam a empresa dos Descobrimentos. Em termos arquitectónicos, a capela do Calvário é uma marca com vestígios desse tempo. A vila expande-se e salta para fora das muralhas. A Judiaria é o claro exemplo de uma zona que prosperou com o comércio. Encontram-se vestígios da arquitectura da casa-oficina e as janelas manuelinas são o mais relevante vestígio da prosperidade burguesa da Covilhã.

Nos séculos XV e XVI a Covilhã foi fértil em contributos humanos para a Expansão: na conquista de Ceuta em 1415 participaram personalidades da Covilhã, como Frei Diogo Alves da Cunha, que se encontra sepultado na Igreja da Conceição. Pêro da Covilhã foi o primeiro português a pisar terras da Índia, de Moçambique e da

Etiópia e enviou notícias a D. João II sobre o modo como atingir os locais onde se produziam as especiarias, preparando a viagem de Vasco da Gama. Os irmãos Rui e Francisco Faleiro, cosmógrafos, tornaram-se notáveis pelo conhecimento da ciência náutica. João Ramalho, Fernão Penteado foram outros contributos humanos da Covilhã. Entre os missionários encontramos o Beato Francisco Álvares, morto a caminho do Brasil, frei Pedro da Covilhã, capelão na expedição de Vasco da Gama para a Índia, o primeiro mártir da Índia, o padre Francisco Cabral, missionário no Japão, o padre Gaspar Pais que de Goa partiu para a Abissínia e muitos outros que levaram, juntamente com a fé cristã, o nome da Covilhã para todas as partes do mundo.

Frei Heitor Pinto é outro vulto do Renascimento, um dos primeiros portugueses a defender, publicamente, a identidade portuguesa, expressa no seu apoio a D. António, Prior do Crato. Da sua obra literária saliente-se a “Imagem da Vida Cristã”, um verdadeiro clássico. Na arquitectura devemos dar relevo ao arquitecto Mateus Fernandes, covilhanense, autor do projecto do portal de entrada para as Capelas Imperfeitas, no mosteiro da Batalha.

D. Sebastião concedeu à Covilhã o título de “notável”, o que denota a importância da vila neste período, mas também os reis espanhóis a considerariam. Da dinastia filipina pouco se fala em Portugal, mas é certo que foi um período de grande prosperidade para toda a Beira Interior e para a Covilhã, dada a visão estratégica da Espanha de um domínio continental e não marítimo, traduzida no privilégio ao desenvolvimento do interior e da raia. A Praça do “Pelourinho” e o Paço Municipal foram, até aos anos quarenta do século XX, de estilo filipino. Nas ruas circundantes encontram-se vários vestígios desse estilo. No concelho também, tal como nas inúmeras pontes filipinas e romano-filipinas das Beiras.

Nos finais século XVII, no rescaldo da crise do comércio atlântico e no desenvolvimento da sua política mercantilista, D. Luís de Menezes, conde da Ericeira, funda a fábrica-escola na Ribeira da Carpinteira. Mandou vir técnicos estrangeiros, sobretudo da Inglaterra (5 estampadores, 4 tecelões, 2 mulheres que fiavam e oficiais de tinturaria). Ainda há ruínas desta empresa. Poucos anos depois, trabalhavam nesta laboriosa cidade, 400 oficiais e 17 teares.

O rei D. João V, no início do século XVIII, encomenda a essa fábrica todas as fardas para o seu exército. Mas o ouro do Brasil estava a findar no início do reinado de D. José e o Marquês de Pombal tenta resolver a crise, agravada com o terramoto de 1755, com o retomar de uma política mercantilista que situaria na Covilhã o ponto principal da indústria de lanifícios, valorizando outras localidades envolventes da Serra da Estrela, com a fundação da Real Fábrica de Panos, junto à Ribeira da Degoldra, hoje Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

O historiador Joel Serrão sintetiza assim a especial capacidade da vila da Covilhã e sua zona envolvente para a indústria de lanifícios: “Uma cintura de vilas e aldeias animadas pelos lanifícios envolve a Serra da Estrela. Os “panos finos” que se faziam na Covilhã eram afamados no começo do século XVI (Gil Vicente)”.

A prosperidade do século XIX é atestada pela elevação da Covilhã a cidade, por decreto de D. Luís, de 20 de Outubro de 1870. Hoje é o dia da cidade, feriado municipal. Ver-se-ia a continuidade da tradição que se renovava e apanharia o comboio da revolução industrial, quer em sentido figurado quer em sentido literal, pois a mecanização da indústria têxtil, bem como a inauguração da linha férrea (1891) com a presença do rei D. Carlos, são do último quartel do século XIX. Na mecanização da indústria, a fábrica Veiga seria pioneira. O seu espaço musealizado é agora o segundo núcleo do Museu de Lanifícios.

Os tempos finais da monarquia estão marcados por um surto de progresso industrial e de revolução dos transportes que teria na sociedade grande impacto. O operariado começa a afirmar-se nessa época como classe social emergente, ganhando consciência do seu papel e da sua força, organizando-se e fazendo as primeiras greves e manifestações pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

É claro que a sociedade covilhanense, como toda a sociedade portuguesa, era marcada por profundas diferenças, mas aqui o operariado começa a ter algumas possibilidades de promoção social, pela frequência do ensino técnico, ministrado na Escola Industrial, criada por decreto do Ministério das Obras Públicas, publicado em 20 de Dezembro de 1864. Os que estudavam viriam a formar uma espécie de “aristocracia” operária, os tecelões.

Os equipamentos culturais na época limitavam-se à Biblioteca Pública Heitor Pinto (1882), mas havia uma pujante imprensa: entre 1864 e 1899 publicaram-se vinte títulos.

As características fundamentais, do ponto de vista económico, social e político do processo histórico regional da Covilhã, manter-se-iam pelo século XX adiante, apesar das mudanças de regime político, com a Primeira República de 1910 a 1926 e depois com a ditadura militar e o Estado Novo, até 1974: uma cidade industrial, de predominância operária, com uma forte cintura rural e camponesa envolvente, pontuada com diversos centros medianos de indústria têxtil, à volta da Serra da Estrela (Tortosendo, Unhais, Manteigas, Seia, Loriga e Gouveia), corroída por profundas diferenças sociais e onde o rural e o urbano se mesclam, se entrelaçam e comungam dos mesmos dramas da exploração e da miséria, tão bem retratadas na obra “A Lã e a Neve” de Ferreira de Castro.

Apesar disso, os caracteres psicológicos das gentes covilhanenses adaptavam-nas às novidades e contrariedades. Na Covilhã foram fundadas, desde finais do século XIX, inúmeras associações e instituições artísticas e culturais, o que demonstra a vitalidade, o sentido de inovação e aventura e uma formação democrática destas gentes, que parece ser de base genética, pelo menos já assim se manifestava nos tempos medievais.

É neste contexto que, por decreto de 21 de Março de 1934, é fundado o Liceu Municipal que estaria na origem da Escola Secundária Frei Heitor Pinto.